



AS CARTAS DE JOGAR E OS EXPOSTOS da Misericórdia de Lisboa

Texto de Fernanda Frazão

[INVESTIGADORA DE HISTÓRIA DOS JOGOS EM PORTUGAL]

Mariana, Maria José, Antónia, Caetano, Amada, Ernesto, Constantino, Josefa Henriqueta, Alfredo, Maria e Tecla. Onze crianças nascidas entre 1805 e 1863. A maioria nem um ano viveu. No entanto, carregavam consigo sinais e recados cheios de esperança de um regresso a casa. Deixadas na roda dos expostos, estas onze crianças tiveram em comum cartas de um qualquer baralho, presas aos cueiros. Apensos identificativos para reconhecimento futuro, marcas¹ simples com caprichosos recortes.

Cartas batidas, muito manuseadas. O abuso do jogo era muito comum nesta época, como nos mostra a literatura dos séculos XVIII e XIX, através de Tomás Pinto Brandão, Nicolau Tolentino ou José Daniel Rodrigues da Costa, entre outros. Este último, que compôs mais de cinquenta obras que são um manancial de referências a múltiplos jogos, inicia o seu longo poema *Espelho de Jogadores, para correcção dos que por este vício se perdem a si, seus bens e suas famílias* com estas estrofes:

A experiência que tenho de alguns anos,
Em que o jogo me pôs em precipício,
A todos os que jogam por ofício,
Me faz hoje pregar mil desenganos.

É um vício infernal, vício de jogo,
É vício que faz tolo o mais agudo;
Depois que a gente dá cabo de tudo,
Toma o ser pregador por desafoço².
[...]

É, pois, para o mundo das cartas de jogar que estas onze crianças nos remetem. Tal como todos os outros países onde as cartas de jogar se introduziram a partir de meados do século XIV, Portugal teve um baralho com um desenho nacional, que foi utilizado até finais do século XIX. Este chegou-nos em finais do século XV. Ainda hoje, ninguém sabe onde foi criado nem quem o desenhou, apresentando-se a Itália (Roma ou Sicília) e a Espanha como as hipóteses de origem mais credíveis.

A referência mais antiga aos jogos de cartas em Portugal – 23 de dezembro de 1481 – está contida nas *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: século XV*, onde se conta que Martim Leme – filho da família portuguesa do abastado mercador flamengo de Bruges Maerten Lem – foi apanhado a jogar às cartas, num tempo em que esta distração era legalmente proibida³.

O baralho português faz parte do tipo de cartas designadas latinas, que inclui também as italianas e as espanholas. Entre nós, era nomeado apenas como “cartas portuguesas”. Afortunadamente, no

1. A catalogação das marcas dos expostos na roda, existentes na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foi efetuada já há alguns anos. Até ao momento, algumas dessas marcas estiveram patentes ao público em duas exposições, uma em 1987 e a outra em 2001.

2. COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Espelho de Jogadores, para correcção dos que por este vício se perdem a si, seus bens e suas famílias*. Introdução e notas de Fernanda Frazão. Lisboa: Apenas Livros, 2011, p. 5.

3. LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, “Os Lemes – um percurso familiar de Bruges a Malaca”. In *Sapiens: História, Património e Arqueologia*. [Em linha]. Nº 0 (dezembro 2008), pp. 51-83. Disponível em www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/oslemes.pdf.

século passado, Sylvia Mann – colecionadora, investigadora e fundadora de The International Playing Card Society (IPCS), sediada no Reino Unido, uma associação de investigadores e colecionadores de cartas e dos jogos que se foram praticando ao longo dos séculos – apaixonou-se pelo baralho português e pela sua história, espalhada pelo mundo. *The Dragons of Portugal* é o título do seu livro, publicado em 1973 conjuntamente com Virginia Wayland, uma edição atual da IPCS.

Porquê “Os Dragões de Portugal”? Na verdade, este baralho português teve uma característica especial que o diferenciava de todos os outros: cada ás tinha o desenho de um dragão, com respetiva pinta na boca: uma espada, uma moça, uma taça e uma moeda. Esse “baralho do dragão” zarpou para o Oriente e para o Brasil, nos bolsos dos marinheiros das armadas de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral⁴ e, no século XVI, era manufaturado no Japão, onde ainda nos nossos dias se joga com os seus “sucessores”. O rasto do “baralho do dragão” e dos jogos que com ele se praticavam pode vislumbrar-se também na língua de vários grupos étnicos, do Índico ao Pacífico, para não falar, evidentemente, do óbvio Brasil. A designação das cartas, dos jogos e dos passes de jogo pode seguir-se, em português, desde a costa oriental da África, passando pela Índia, Malaca, Celebes, Sri Lanka, Camboja, até chegarmos ao Japão. Vejam-se alguns exemplos dados por Thierry Depaulis⁵.

Na costa oriental de África, «em suaíli, o nome correto das cartas de jogar é *karata*, os nomes dos naipes são *kopa* = copas; *pao* = paus; *shupaza* = espadas; *uru* = ouros [...]. Existem outros estrangeirismos portugueses óbvios como *seti* para sete (em jogos de cartas), *ulitima* para “o último trunfo num jogo de cartas”, *kapa* para quando se perde um jogo sem marcar qualquer pontuação (em português capa) ou *pata* para “um empate num jogo de cartas”».

Em Goa, «foram apenas preservadas palavras na língua local, o concani, tais como os nomes dos naipes (*copam, ispád, pau*), das figuras (*rey, kond, sot*) e outros termos como *bârálh*, “baralho de cartas”, *káp*, “empate”, *vâj*, “truque” (em português “vasa”), *trúmph, espâdilh, manilh*... mas não existem nomes de jogos de cartas».

No Ceilão (Sri Lanka), persiste um jogo que lembra a Quadrilha e que «usa palavras como *rapoor* (reporu), que em português se diz “repor”, *kudjito* (ou *kujidu*), quase certamente do português “codilho”, e solo [...]. *Tarumpu* [lembra] o português “trunfo”».

Em Malaca, «a comunidade Kristang manteve um vocabulário português para os jogos de cartas – *kopas, spada, pau, oru, sota* “dama”, *trumfu*, etc. [...]. Um jogo de cartas popular na Malásia no século XIX (com naipes franceses) foi chamado *Pakau* [...] e é possivelmente um jogo de apostas português, o Pacau».

No Camboja, «a palavra khmer *krâdas*, “papel” ou “carta de jogar”, derivou da palavra portuguesa “carta”».

Por fim, no Japão, «a terminologia japonesa tradicional dos jogos de cartas é portuguesa: os quatro naipes são chamados *ôru, koppu, pau* e *isu* (abreviatura de *isupada*, em português espada); as figuras são chamadas *rei, kaba, sôta*; para não mencionar *karuta*, derivado do português carta».

O baralho de cartas foi criado algures no Oriente, há mais de mil anos. Adotado e adaptado na Europa há cerca de seiscentos anos, encerra em si mesmo um complexo simbólico-cultural que atravessa várias eras desde o período tardo-neolítico, que criou as sociedades guerreiras⁶, até aos nossos dias.

Na literatura portuguesa, muitas são as obras que fazem referência a cartas de jogar. Ao longo dos mais de quinhentos anos de prática deste jogo, poesia, anedotários e sermonários contam-nos histórias como a de D. Sebastião a aprender a jogar às cartas ou a do milagre de São Francisco Xavier, nos mares

4. FRAZÃO, Fernanda, *História das Cartas de Jogar em Portugal e da Real Fábrica de Cartas de Lisboa*, do Séc. XV até à Actualidade. Lisboa: Apenas Livros, 2010.

5. DEPAULIS, Thierry, *De Lisboa a Macáçar: um capítulo desconhecido das cartas portuguesas na Ásia. [De Lisbonne à Macassar: un chapitre méconnu des cartes portugaises en Asie]*. Lisboa: Apenas Livros, 2008; e programa da Convenção de Lisboa das Associações The International Playing-Card Society e Asociación Española de Coleccionismo e Investigación del Naípe, “Sailing and Gaming around de Indian Ocean with the Portuguese”. Lisboa, 2010, pp. 33-45 (inclui também o texto em português).

6. BENNOZZO, Francesco, Radici celtiche tardo-neolitiche della cavalleria medievale. In *Quaderni di Semantica* 28, 2007, pp. 461-486. Disponível em www.continuitas.org (acedido em 2013-09-22, 2013-11-25).

do Oriente, a ajudar um marinheiro a sair de apuros devido ao jogo. Este milagre, por exemplo, é relatado por muitos, entre os quais o Pe. António Vieira, no Sermão V, *O Jogo*⁷.

No entanto, o baralho teve também muitas outras utilizações que constituem “os traços da história, abandonados sobre as cartas”⁸. O desenho e as características técnicas das cartas de jogar são um testemunho do gosto, do estilo e do fabrico da sua época; os usos dados às cartas, um testemunho do seu último utilizador. Desde o século XVI, pelo me-

Em Portugal, até ao momento, conhecem-se escassos exemplos de reutilização de cartas, para além das que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) possui e que são o objeto deste estudo. Um dos exemplos mais antigos de aproveitamento de cartas de jogar é constituído por pedaços de cartas alemãs que serviram de consolidação a uma encadernação – segundo informação do alfarrabista que as vendeu – e que, atualmente, pertencem ao espólio do Professor Egas Moniz (Casa-Museu, Avanca, Estarreja) e à coleção de Manuel Capucho.



NA LITERATURA PORTUGUESA, MUITAS SÃO AS OBRAS QUE FAZEM REFERÊNCIA A CARTAS DE JOGAR. AO LONGO DOS MAIS DE QUINHENTOS ANOS DE PRÁTICA DESTES JOGOS, POESIA, ANEDOTÁRIOS E SERMONÁRIOS CONTAM-NOS HISTÓRIAS COMO A DE D. SEBASTIÃO A APRENDER A JOGAR ÀS CARTAS OU A DO MILAGRE DE S. FRANCISCO XAVIER, NOS MARES DO ORIENTE, A AJUDAR UM MARINHEIRO A SAIR DE APUROS DEVIDO AO JOGO

nos – segundo Jesus van Diggele, colecionador e investigador nesta área –, alguém as aproveitou para escrever bilhetes de amor, recados diversos, notas de música, truques de magia, reconhecimento de dívidas, ilustrações eróticas, convites de casamento e de baile, etc. E chegaram a ser, oficialmente, utilizadas como dinheiro, mesmo entre nós.

Como nota o investigador Jesus van Diggele⁹, “a maior parte das cartas foi reutilizada por pessoas ricas ou remediadas”. Era gente de uma certa camada social instruída, que sabia escrever e que demonstrava ter alguma posição nas áreas dos negócios, da administração ou da arte. “Para reconhecer e compreender este fenómeno de reutilização das cartas de jogar, é necessário tomar consciência da vida social e dos costumes de uma certa época”¹⁰.

Antes de 1516, Garcia de Resende escreveu 48 trovas sobre um baralho – as cartas portuguesas não continham o 10 –, por encomenda de D. Manuel, para divertir um sarau palaciano, e cujos textos constam do *Cancioneiro Geral* (1516): “em cada carta sua trova escrita e são vinte e quatro das damas e vinte e quatro d’homens. São doze de louvor e doze de deslouro”¹¹.

Em 1709, um “livro mágico”, manuscrito, intitulado *Jardim de Vários Segredos e Jogos de Mãos* – pertencente ao ilusionista e bibliófilo António Ribeiro –, inclui alguns exemplares do baralho mais antigo que até hoje se conhece em Portugal, proveniente do contratador-geral do Estanco das Cartas de Jogar e Solimão, Alexandre Pimentel (1693-1699).

7. Publicado inicialmente em VIEIRA, Pe. António, *Xavier dormindo e Xavier acordado, dormindo*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1694, transcrito, tal como as outras histórias citadas, in FRAZÃO, Fernanda, *Fontes para a História dos Jogos em Portugal*. Lisboa: Apenas Livros, 2012.

8. DIGGELE, Jesus van, *Petites Cartes, Grandes Histoires*. Rijndijk, Fondation “Wist jij dat?”, 2005, p.15.

9. Idem, *ibidem*, p.15.

10. Idem, *ibidem*, p.18.

11. FRAZÃO, Fernanda, *No Tempo em que Jogar às Cartas Era Proibido*. Lisboa: Apenas Livros, 2004.

Em 1797, em Moçambique, durante um breve espaço de tempo, as cartas de jogar foram dinheiro em circulação. “Num contexto de quebra do tráfico comercial e de aumento das despesas com a defesa, em 1797, foi criada a dívida pública pela emissão de inusitados assinados feitos com cartas de jogar, o que provocou uma enorme inflação.”¹² Por fim, dois exemplos de museus portugueses.

em mãos de privados – e ajudar a sustentar a recém-criada Imprensa Régia¹⁴.

Ora, as cartas destes expostos são, por si mesmas, um pequeno tesouro, dado que o Arquivo Histórico da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, onde se encontra o que resta do valioso património da Real Fábrica, não possui um único exemplar dos baralhos que fabricou.



EM PORTUGAL, ATÉ AO MOMENTO, CONHECEM-SE ESCASSOS EXEMPLOS DE REUTILIZAÇÃO DE CARTAS, PARA ALÉM DAS QUE A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA POSSUI E QUE SÃO O OBJETO DESTE ESTUDO

Uma mesa do século XIX, do Museu Nacional de Arte Antiga, incluiu, no tampo, duas cartas de tipo espanhol mas de fabrico português. No Museu de Arte Popular existia, no final da década de noventa do século XX, um cone truncado feito com cartas de jogar e destinado a auxiliar a feitura de canos de meia. Desconhece-se, entretanto, se ainda se mantém no acervo do museu.

Como tem sido referido várias vezes¹³, a SCML possui no seu Arquivo Histórico uma coleção, de valor inestimável, de sinais que acompanharam algumas crianças abandonadas/entregues aos cuidados desta instituição. Entre eles, cartas de jogar. Algumas são identificáveis: pertencem à Real Fábrica de Cartas de Jogar de Lisboa, que teve o monopólio do fabrico e venda de cartas de jogar entre 1769 e 1832. Esta manufatura de cartas de jogar foi criada pelo marquês de Pombal, por alvará de 31 de julho de 1769. Teve duas finalidades: passar para a administração do Reino o Contrato do Estanco das Cartas de Jogar – que se encontrava, pelo menos desde 1600,

Porém, antes de falarmos sobre este espólio específico da SCML, é necessário fazer-se uma pequena contextualização histórica acerca do abandono de velhos, doentes e crianças. Ao longo dos tempos, a sobrevivência da espécie humana, em especial do adulto saudável, obrigou a práticas que hoje parecem cruéis. Nos grupos humanos de caçadores/recoletores, os velhos incapazes de recolher o seu alimento ou de acompanhar o andamento devido a doença, afastavam-se para morrer (eram disso exemplo as velhas esquimós).

Na antiga Lusitânia, segundo Estrabão, havia o costume de expor os doentes numa encruzilhada, para serem tratados, eventualmente, por algum transeunte que soubesse como fazê-lo¹⁵. Na tradição popular portuguesa restam memórias de velhos atirados pelos filhos a um poço ou a um barranco e, também, de “abafadeiras”¹⁶, que sufocavam doentes terminais. O mesmo se passava com as crianças. As mulheres às quais eram entregues os recém-nascidos indesejados, designavam-se “tecedeiras de anjos”¹⁷.

12. RODRIGUES, Eugénia, *Antropónimos*, SOUSA, D. Diogo de (1755-1829). Disponível em www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1111 (acedido em 2013-08-28).

13. Ver bibliografia.

14. Ver nota 3.

15. SOARES, José Maria, *Memórias para a História da Medicina Lusitana*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1821, p. 5.

16. ALVES, Francisco Manuel, abade de Baçal, “Os Judeus no Distrito de Bragança”. In *Bragança: Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. s. l.: Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, 2000, t. V; VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967, vol. 4; SCHWARZ, Samuel, *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, 1993. Creio que não terá sido apenas uma prática judaica.

17. QUEIRÓS, Eça de, *O Crime do Padre Amaro*, cap. XXIII. Disponível em http://pt.wikisource.org/wiki/O_Crime_do_Padre_Amaro/XXIII (acedido em 2013-10-06).

A história do infanticídio e do abandono legal de crianças é conhecida e tida como fenómeno banal no Ocidente desde a Antiguidade¹⁸.

Em Portugal, na Idade Média e até à criação dos hospitais de expostos, no século XVI, as crianças enjeitadas eram confiadas por lei às câmaras municipais, que as entregavam a amas pagas por fundos concelhios. Em 1543 – 45 anos depois da criação da Misericórdia de Lisboa – a responsabilidade pelas crianças abandonadas passou para esta instituição, à qual foi entregue, em 1564, o Hospital de Todos-os-Santos, onde existia uma roda de expostos¹⁹.

As razões do abandono destas crianças eram diversas. A entrega de algumas crianças não teria intenção definitiva, como é referenciado em muitas das notas que as acompanhavam²⁰. Por isso, nestes casos, além das notas que, por vezes, forneciam dados como o nome, o batismo, os nomes próprios dos pais, o estatuto social, etc., os progenitores acrescentavam objetos através dos quais as crianças pudessem ser identificadas: as chamadas marcas dos expostos. É este o caso das cartas de jogar e, também, de bilhetes de lotaria e de um dado. Não nos é possível conhecer as intenções subjacentes a estas marcas. Talvez quisessem significar o aleatório da vida ou tivessem que ver com as razões para o abandono, já que o jogo foi um flagelo social, em especial durante os séculos XVII a XIX.

OS ONZE EXPOSTOS E AS “SUAS”

CARTAS DE JOGAR

1805 LIVRO 44, ENTRADA Nº 266 – MARIANA.

Batizada na Real Casa dos Expostos (RCE), foi entregue na roda a 25 de fevereiro, pelas nove horas e meia da noite. Vestia “camisa, um cueiro de baeta roxa, atada com uma liga de lã encarnada e, na cabeça, um pano branco; tudo velho”. Faleceu a 23 de junho desse ano.



▲
SINAL Nº 266
de 1805



Carta: 5 de ouros. Tipo de costas desconhecido. É, com toda a probabilidade, da Real Fábrica de Cartas de Jogar de Lisboa (RFCJL).

▲
SINAL Nº 391
de 1814

1814 LIVRO 64, ENTRADA Nº 391 – MARIA JOSÉ, FILHA DE ANTº.

Batizada na RCE, entrou na roda a 19 de março, pelas quatro horas e um quarto da tarde. Trazia “camisa de

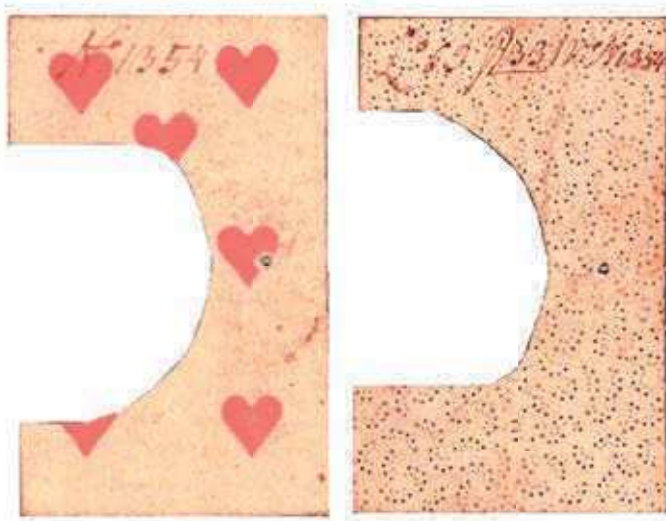
18. SÁ, Isabel dos Guimarães, “Prefácio”. In *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: [SCML], 1998, pp. IX-XXXII.

19. Idem, ibidem e MANOEL, Francisco d’Orey; MORNA, Teresa Freitas, “Os Expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Uma exposição com catálogo”. In *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nº 7, Ano IV, 2001, pp. 108-115; DIAS, Ana Rita Botelho Moniz, *O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e Psicopatologia, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.12/482>.

20. MANOEL, Francisco d’Orey, “A voz dos sinais”. In *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Ano IX, 2006, pp. 76-85.



SINAL Nº 273 de 1816



SINAL Nº 1354 de 1816



SINAL Nº 1229 de 1835



bretanha com tira e punhos de cassa, um cueiro de baeta encarnada, e outro de baeta amarela debruado à roda de chita branca e amarela, volvedouro de algodão, touca de cassa bordada, cinto um ourelo de baeta azul e traz ao pescoço uns fios de retrós preto, tudo velho, e vem doente dos olhos". Faleceu a 10 de abril desse ano.

Carta: recortada onduladamente, aparentando ser o 8 ou o 9 de copas, com cinco copas. Costas da RFCJL.

1816 LIVRO 68, ENTRADA Nº 273 - ANTÔNIA.

Batizada na RCE, foi entregue na roda a 18 de fevereiro, pelas sete horas e um quarto da noite. "Traz vestida camisa de bretanha sem tira, dois cueiros de baeta, um azul ferrete e o de cima amarelo, roupinhas de algodão de pelo branco, na cabeça lenço de três pontas de algodão, tudo usado, exceto o cueiro amarelo, que é novo." Faleceu a 4 de julho desse ano.

Carta: metade de uma carta do naipe de copas, com cinco símbolos, e um laço de retrós verde. A disposição dos sinais é incomum, pelo que não é fácil identificar a proveniência. Nesta data funcionava ainda o sistema monopolista da RFCJL, mas, apesar disso, fabricavam-se clandestinamente e entravam pelas fronteiras cartas de outras proveniências, designadas genericamente "de contrabando".

1816 LIVRO 69, ENTRADA Nº 1354 - CAETANO.

Batizado na RCE, foi entregue na roda a 8 de outubro, às dez horas e meia da manhã. Vestia "camisa de algodão sem tira; volvedouro do mesmo; dois cueiros de pano pardo; saia de chita azul ferrete com salpicos brancos; roupinhas de chita verde com lavor de cores; na cabeça lenço de cassa; por mantilha um cueiro de droguete pardo, com um bocado de chita irmão da saia; cinto, uma fita de linha cor-de-rosa tudo velho". Faleceu na ama a 19 de maio de 1821.

Carta: carta de copas, com costas da RFCJL. Será o 7 ou o 8 de copas e vinha "pregado no peito, com um bocado de fora".

1835 LIVRO 107, ENTRADA Nº 1229 - AMADA.

Batizada na RCE, foi entregue na roda a 4 de julho, às dez horas e três quartos da manhã. Trazia "camisa de paninho, um cueiro de cobertor e debruado, vestido de riscado encarnado e verde, touca de cassa bordada,

tudo velho". Morreu na ama a 1 de outubro desse ano.

Carta: conde (antiga designação do valete) de espadas, recortado em ziguezague. Calcogravura, pintada à mão, de proveniência desconhecida. Em 1832 foi liberalizado o fabrico e comércio de cartas.

1836 LIVRO 109, ENTRADA Nº 1318 - ERNESTO.

Batizado na RCE com nome indicado no bilhete que o acompanhava; foi entregue na roda a 18 de agosto, às sete horas e três quartos da tarde. Vestia "camisa de algodão e linho, cueiro de baeta branca, vestido de riscadinho amarelo, na cabeça um meio lenço de cassa, tudo velho e não traz a touca em que fala [‘touca de bobinete com uma fita azul clara’]". Faleceu na ama a 25 de setembro desse ano.

Carta: rei de copas, recortado em ziguezague. Calcogravura, pintada à mão, de proveniência desconhecida.

1841 LIVRO 114, ENTRADA Nº 54 - CONSTANTINO.

Batizado na RCE com nome indicado na nota que o acompanhava; foi entregue na roda a 9 de janeiro, às dez horas e meia da manhã. Vestia "camisa e fralda de algodão; cueiro de pano de quadros encarnados e pretos; volvedouro de baetilha branca; roupinhas de flanela; touca de cassa bordada, com fita de seda verde; tudo velho exceto o volvedouro que é novo". Na nota que o acompanhava, diz-se que é filho legítimo e pede-se que se mande anunciar a entrada no próximo *Diário do Governo*, ass. J. Coelho.

Carta: conde de copas (baralho reversível), recortado em ziguezague. Calcogravura, pintada à mão, de proveniência desconhecida. Nas costas, tem a informação de que o menino nasceu naquele dia, às quatro da manhã.

1841 LIVRO 115, ENTRADA Nº 1858 - JOSEFA HENRIQUETA.

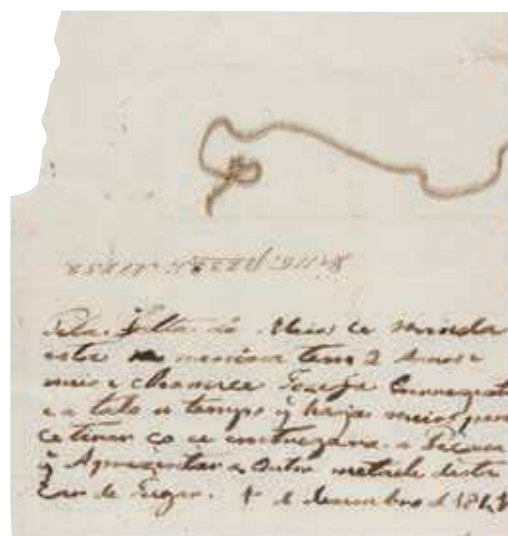
Batizada na RCE com o nome indicado na nota que a acompanhava; foi entregue na roda a 2 de dezembro, às oito horas e meia da noite, já com 2 anos e meio. Trazia "camisa e calças de algodão; vestido e saia de baetilha branca, no cinto uma fita, nova, de linha branca; meias brancas de algodão e sapatos de sarja de seda branca com bicos de polimento e botões amarelos; na cabeça um lenço branco com pintas encarnadas, tudo mais velho". Na nota infor-



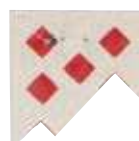
SINAL Nº 54 de 1841



SINAL Nº 1318 de 1836



SINAL Nº 1858 de 1841



ma-se que a menina foi entregue por falta de meios e que irão buscá-la "a todo o tempo que haja meios".

Carta: meia carta de ouros (um 9 ou um 10), recortada em ziguezague. Costas sem pintas. Proveniência desconhecida.

1845 LIVRO 119, ENTRADA Nº 264 - ALFREDO.

Batizado na RCE com o nome indicado na nota que o acompanhava, foi entregue na roda a 7 de fevereiro, às onze horas e meia da manhã. Tinha nascido no

►
SINAL Nº 264
de 1845



►
SINAL Nº 437
de 1855



dia anterior. Vestia “camisa e volvedouro de algodão; fralda de paninho; dois cueiros de baetilha branca; vestido de chita roxa com raminhos encarnados e cor de café; cinto, uma fita de linha branca; na cabeça, um lenço branco com risca encarnada; vinha embrulhado em meio xaile de baetilha roxa; tudo novo, excepto a fralda e o xaile, que são velhos”. Faleceu na ama a 16 de maio desse ano.

Carta: meia carta do 8 de copas, recortada onduladamente, ao alto. Tem inscrita a data de nascimento do menino. A nota informa ser uma carta do “baralho azul”. Trata-se, com quase total certeza,



▲
SINAL Nº 97 de 1863

do baralho comemorativo da Convenção de Évora Monte, isto é, da capitulação dos miguelistas em 1334, que pôs termo ao período das Lutas Liberais. O percurso público deste baralho começou em fevereiro de 1837.

1855 LIVRO 134, ENTRADA Nº 437 – MARIA.

Batizada na RCE com o nome indicado na nota que a acompanhava; foi entregue na roda a 2 de março, às oito horas e um quarto da noite. Além da carta, trazia “três vinténs de prata, pendentes de uma fitinha verde e branca”. Vestia “camisa e fralda de algodão, dois cueiros de baeta, um amarelo-escuro e outro verde, volvedouro de baetilha branca, vestido de chita encarnada e branca, dois meios lenços brancos, um no pescoço e outro na cabeça, vinha envolvida em um xaile de algodão riscado”. Faleceu na ama a 23 de abril desse ano.

Carta: 7 de ouros; carta inteira. Costas com pintas vermelhas. Proveniência desconhecida. Nas costas diz-se que, quando se reclamar a criança, será pago o que for preciso.

1863 LIVRO DE ENTRADAS E BATISMOS DE 1863, REG. DE BATISMO Nº 97 (que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota IAN/TT/SGU/2652) – Registada com o nome de *Tecla*

(e não **Guilhermina Maria, nome que vinha inscrito no sinal**).

Segundo a nota que a acompanhava, entrou na Santa Casa pelas oito da noite de 12 de janeiro. Vestia “camisa de paninho, fralda e envolvedouro de pano de linho, dois cueiros de baeta branca, vestido de chita roxa, um barretinho de algodão, touca de bobi-

nete com fitas brancas; orelhas passadas com retrós preto”, ou seja, furadas e com linha preta. Faleceu na ama a 31 de julho desse ano.

Carta: duas meias cartas recortadas – rei de paus e rei de espadas. Cartas reversíveis; calcogravura, pintada à mão. Costas desconhecidas. Proveniência desconhecida. ●

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel, abade de Baçal, “Os Judeus no Distrito de Bragança”. In *Bragança: Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. s. l.: Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, t. V, 2000.
- BENNOZZO, Francesco, “Radici celtiche tardo-neolitiche della cavalleria medievale”, *Quaderni di Semantica* 28, 2007, pp. 461-486. Disponível em www.continuitas.org (acedido em 2013-09-22, 2013-11-25).
- COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Espelho de jogadores, para correção dos que por este vício se perdem a si, seus bens e suas famílias*. Introdução e notas de Fernanda Frazão. Lisboa: Apenas Livros, 2011.
- DEPAULIS, Thierry, *De Lisboa a Macáçar: um capítulo desconhecido das cartas portuguesas na Ásia*. [De Lisbonne à Macassar: un chapitre méconnu des cartes portugaises en Asie]. Lisboa: Apenas Livros, 2008; e programa da Convenção de Lisboa das associações The international Playing-Card Society e Asociación Española de Coleccionismo e Investigación del Naípe, “Sailing and Gaming around de Indian Ocean with the Portuguese”. Lisboa: 2010 (inclui também o texto em português).
- DIAS, Ana Rita Botelho Moniz, *O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século VIII e XIX*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e Psicopatologia, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.12/482>.
- DIGGELE, Gesus van, *Petites Cartes, Grandes Histoires*. Rijndijk, Fondation “Wist jij dat?”, 2005.
- FRAZÃO, Fernanda, *Fontes para a História dos Jogos em Portugal*. Lisboa: Apenas Livros, 2012.
- FRAZÃO, Fernanda, *História das Cartas de Jogar em Portugal e da Real Fábrica de Cartas de Lisboa, do séc. XV até à actualidade*. Lisboa: Apenas Livros, 2010.
- FRAZÃO, Fernanda, *No Tempo em que Jogar às Cartas Era Proibido*. Lisboa: Apenas Livros, 2004.
- LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, “Os Lemes – um percurso familiar de Bruges a Malaca”. In *Sapiens: História, Património e Arqueologia*. [Em linha]. Nº 0 (dezembro 2008). Disponível em www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/oslemes.pdf.
- MANOEL, Francisco d’Orey, “A voz dos sinais”. In *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nº 15, Ano IX, 2006.
- MANOEL, Francisco d’Orey; ANTÃO, Nelson Moreira, “Para além dos silêncios do Arquivo”. In *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nº 24, Ano XIII, 2010.
- MANOEL, Francisco d’Orey; COLEN, Maria Luísa Barbosa, “Os expostos e desamparados na Misericórdia de Lisboa”. In *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nº 2, Ano II, 1999.
- MANOEL, Francisco d’Orey; MORNA, Teresa Freitas, “Os Expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Uma exposição com catálogo”. In *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nº 7, Ano IV, 2001.
- QUEIRÓS, Eça de, *O Crime do Padre Amaro*, cap. XXIII. Disponível em http://pt.wikisource.org/wiki/O_Crime_do_Padre_Amaro/XXIII (acedido em 2013-10-06).
- RODRIGUES, Eugénia, *Antropónimos*, SOUSA, D. Diogo de (1755-1829). Disponível em www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?print-conceito=1111 (acedido em 2013-08-28).
- SÁ, Isabel dos Guimarães, “Prefácio”. In *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: [SCML], 1998.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, “Segredos de família: os sinais de expostos entre as práticas de identidade e a construção da memória”. In *Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* [Catálogo da exposição]. Lisboa: 2001.
- SCHWARZ, Samuel, *Os Cristãos-novos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, 1993.
- SOARES, José Maria, *Memórias para a História da Medicina Lusitana*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1821.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 4, 1967.
- VIEIRA, Pe António, *Xavier dormindo e Xavier acordado, dormindo*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1694.

Documentos:

- Arquivo Distrital de Lisboa, *Livros de registo de baptismos*, nº 1, Ano de 1863, entrada nº 97, fólio 17.
- Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Livros de registo de entradas dos expostos*. Liv. 44, Ano de 1805, nº 266; Liv. 64, Ano de 1814, nº 391; Liv. 68, Ano de 1816, nº 273; Liv. 69, Ano de 1816, nº 1354; Liv. 107, Ano de 1835, nº 1229; Liv. 109, Ano de 1836, nº 1318; Liv. 114, Ano de 1841, nº 54; Liv. 115, Ano de 1841, nº 1858; Liv. 119, Ano de 1845, nº 264; Liv. 134, Ano de 1855, nº 437.